

# Uma tipologia da oração condicional segundo a Gramática Discursivo Funcional

(A typology of conditional clause according to Functional Discourse Grammar)

Táisa Peres de Oliveira<sup>1</sup>, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Departamento de Educação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

<sup>2</sup>Departamento de Letras - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

taisapoliveira@gmail.com, flaviavale@ufscar.br

**Abstract:** This paper provides an assessment of the semantic classifications for conditional clauses. Although the so-called classifications are said to have a semantic nature, they also take pragmatic factors into account when setting up conditional types. In addition, these proposals do not seem to agree whether the classification should consider the conditional clause itself or the type of clause it is related to. The present paper claims that the classification should consider the conditional clause itself and proposes a review on the current classifications based on Functional Discourse Grammar theory.

**Keywords:** Conditional Clause; State Of Affairs; Proposition; Speech Act; Functional Discourse Grammar

**Resumo:** Este artigo avalia classificações semânticas elaboradas para a taxonomia da oração condicional. Embora as classificações existentes tenham cunho semântico, muitas vezes utilizam também critérios pragmáticos para o estabelecimento dos tipos condicional. Além disso, essas propostas ora consideram, em suas classificações, a própria condicional, ora a oração à qual ela se liga. Propõe-se, neste artigo, considerar apenas a estrutura da oração condicional e também uma revisão dessas classificações com base na teoria da Gramática Discursivo Funcional.

**Palavras-chave:** Oração Condicional; Estado De Coisas; Proposição; Ato De Fala; Gramática Discursivo Funcional.

## Introdução

Vários são os pontos de vista adotados para conceituar a oração condicional (DUCROT, 1972; HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DIK, 1990; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros). Desde a tradição grega, estudiosos ligados à filosofia, à lógica e à gramática têm se empenhado em definir e caracterizar esse tipo oracional.

Em geral, a oração condicional é concebida como uma oração subordinada que se caracteriza pela relação **condição para realização** → **consequência/resultado da realização** que une as proposições **p** e **q** (COMRIE, 1986; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros).

A partir dessa definição geral, três aspectos mais centrais podem ser considerados na caracterização de uma construção condicional: (i) o processo de articulação que origina a construção condicional; (ii) a natureza semântica da relação que une as duas orações e (iii) os diferentes valores e estratégias que essa relação pode assumir. Neste trabalho, discutiremos especificamente a questão da natureza da relação que une as duas orações na construção condicional dentro do paradigma funcionalista, levando em conta principalmente a teoria da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

## A Gramática Discursivo Funcional

Este trabalho fundamenta-se na teoria da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que se caracteriza por elaborar uma teoria geral de organização das línguas naturais, privilegiando as relações funcionais nos diferentes níveis de organização linguística. O modelo está organizado em quatro componentes: o **gramatical**, o **conceitual**, o **contextual** e o **de saída**. O componente conceitual (*conceptual component*) contém as representações conceituais pré-linguísticas; nele é formulada uma dada intenção comunicativa, que será convertida em representações linguisticamente relevantes. O componente de saída (*output*) é responsável pela expressão acústica ou gráfica da expressão linguística e depende das informações cedidas pelo componente gramatical, apesar de ser externo a esse. Por fim, o componente contextual (*contextual component*) contém uma descrição do domínio do discurso, englobando o discurso precedente bem como a situação externa em que esse ocorre.

A Gramática Discursivo Funcional (GDF) centra-se no componente gramatical, em que se distinguem duas operações principais na construção das expressões linguísticas: **formulação** e **codificação**. A formulação diz respeito às regras que convertem as representações cognitivas em representações subjacentes de ordem pragmática e semântica, respectivamente, os níveis interpessoal e representacional. Por outro lado, a codificação refere-se às regras que convertem essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas, de onde serão encaminhadas para o componente de saída.

No componente gramatical são distinguidos quatro níveis de descrição: (i) interpessoal; (ii) representacional; (iii) morfossintático; (iv) fonológico. Os níveis estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores e, ainda, são especificadas por meio de operadores e funções.

No nível interpessoal, a expressão linguística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante/ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. A maior unidade de análise nesse nível é o *Move* (M), que pode conter um ou mais atos do discurso cuja estrutura interna é formada pelos participantes, representados pelas variáveis P<sub>S</sub> (falante) e P<sub>A</sub> (ouvinte<sup>1</sup>), pela ilocução (ILL) e pelo conteúdo comunicado. Esse último deve conter, no mínimo, um subato, que pode ser atributivo (T), se o falante evoca uma propriedade, ou referencial (R), se o falante evoca uma entidade. A diferença entre os dois tipos está no fato de que, no primeiro, verifica-se a construção de um referente ao passo que, no segundo, ocorre a identificação de um referente. A estrutura geral do nível interpessoal é dada a seguir:

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+N})_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No nível representacional, a expressão linguística é explicada segundo sua estrutura semântica subjacente. O termo '**semântica**' se restringe, na GDF, (i) ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve; (ii) ao significado

<sup>1</sup> P<sub>S</sub> e P<sub>A</sub> se referem à representação original para *speaker* 'falante' e *addressee* 'ouvinte', respectivamente, e será mantida por questões metodológicas.

de estruturas lexicais isoladas do modo como são usadas na comunicação. Nesse sentido, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que no nível representacional as estruturas linguísticas devem ser descritas em relação ao fato de que denotam uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada.

A categorização semântica adotada pela GDF segue a proposta de Lyons (1977), assim, além das conhecidas categorias conteúdo proposicional (p), estado de coisas (e) e indivíduo (x), os autores distinguem, ainda, as categorias episódio (ep), tempo (t) e lugar (l). Episódios se constituem como um conjunto de estados de coisas (e) tematicamente coerentes no que diz respeito à continuidade de tempo, espaço e indivíduos. A estrutura geral do nível representacional é dada a seguir:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)_n (x_1)_\phi \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\phi\}}] (ep_1)) \dots (e_{p1+n})_{\{\phi\}}] (p_1))$$

No nível morfossintático, a expressão linguística (Le) é descrita conforme sua codificação morfossintática. Esse nível está organizado em esquemas morfossintáticos, estocados no conjunto de primitivos relevantes para a codificação morfossintática, e é mais específico que os anteriores, já que esses esquemas são determinados segundo as particularidades de cada língua. O conjunto de primitivos desse nível contém, primeiramente, os esquemas, que fornecem a estrutura da oração (Cl) e a ordenação dos elementos em uma palavra. O conjunto fornece ainda os operadores secundários e os morfemas gramaticais livres, tais como auxiliares e partículas gramaticais. A estrutura geral do nível morfossintático é:

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\phi\}} (Cl_2)_{\{\phi\}}] (Cl_1))] (Le1))$$

Por fim, no nível fonológico entram questões como a codificação fonológica e o padrão entonacional das expressões linguísticas. Nesse nível, a GDF avalia unidades fonológicas tais como o sintagma fonológico (PP), o enunciado (U) e a palavra fonológica (PW). A estrutura geral do nível fonológico é:

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

O modelo da GDF permite observar, separadamente, as características manifestadas pelas expressões linguísticas nos níveis distinguidos, nos quais é possível propor a formalização dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos dessas estruturas. Ao mesmo tempo, é possível, analisar, ainda, como se dá a interação entre esses níveis de organização linguística sistematicamente. Ao organizar o componente gramatical do modo como descrito acima, a GDF leva a premissa funcionalista a seu extremo, uma vez que se assemelha ao modo de produção linguística, que começa pela seleção das intenções comunicativas terminando com a articulação final da expressão linguística. A visão geral do modelo da GDF é representada na figura seguinte.

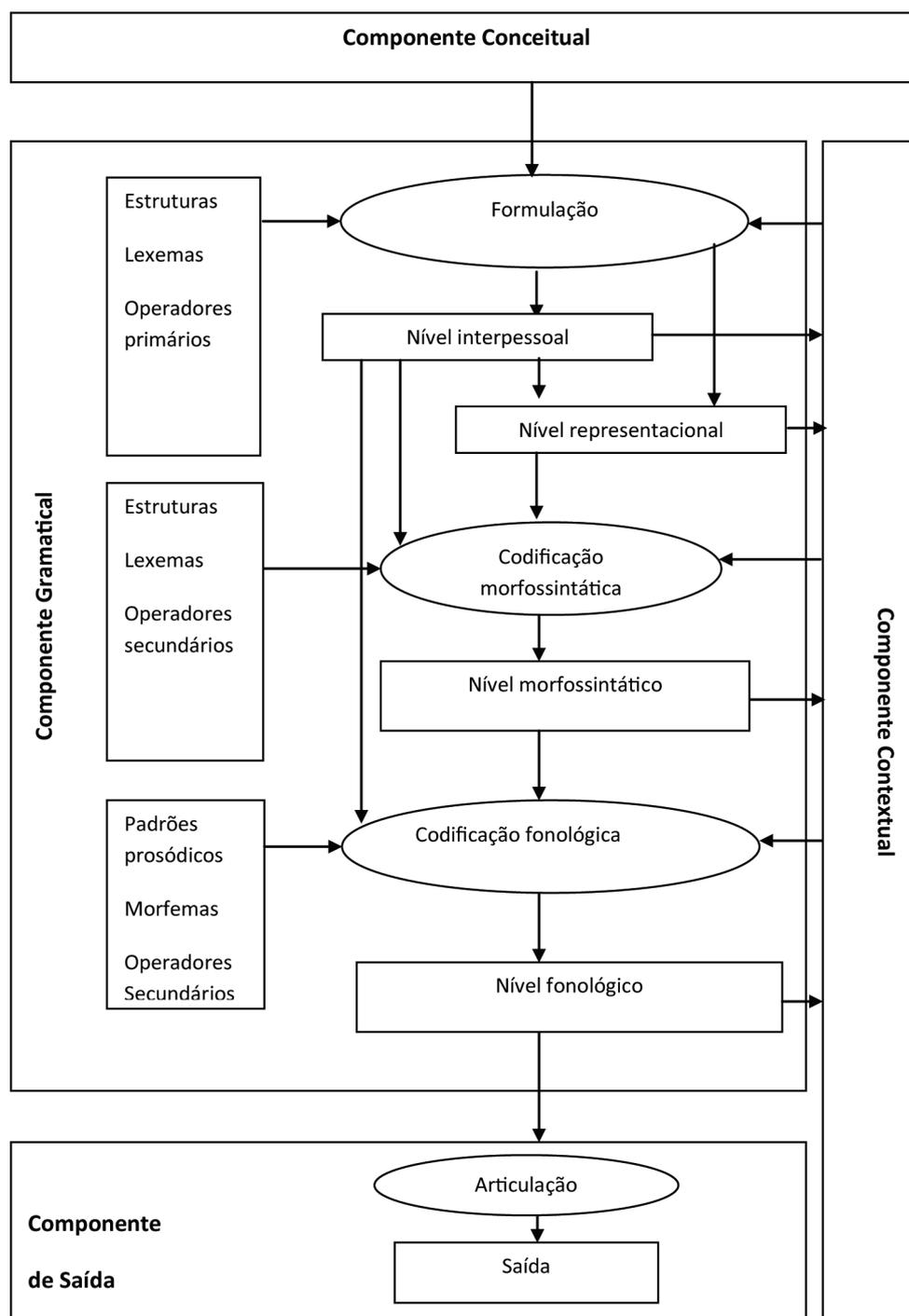


Figura 1 – Organização geral da GDF

### A natureza da relação *se p (então) q*

A relação estabelecida entre os enunciados de uma oração condicional, desde a tradição gramatical até a linguística moderna, é, usualmente, caracterizada pela expressão **se p (então) q**, a partir da qual se lê que uma oração oferece condição para realização/validação da verdade de outra oração. Essa relação, no entanto, pode receber variadas interpretações, dependendo do ponto de vista adotado para se concebê-la.

De uma perspectiva ligada à lógica, Comrie (1986) afirma que a expressão da condicionalidade deve estar associada à causalidade, o que exige uma estreita ligação entre **p** e **q**. Em outras palavras, para esse autor, a relação expressa em uma oração condicional deve ser interpretada como uma relação de causa e consequência, como se vê no exemplo (1).

(1) Se chover, molhará a rua.

No entanto, essa relação de causalidade não se sustenta para todos os tipos de construções condicionais encontrados em uma língua natural e pode ser facilmente contestada por exemplos como os que se oferecem em (2)-(3), nos quais não é possível uma leitura do tipo causa-consequência.

(2) Se não for se incomodar, me passa o sal.

(3) Se você ficar com fome, tem comida na geladeira.

Veja-se que, nesses exemplos, não é possível afirmar que o conteúdo veiculado pela oração núcleo ‘me passa o sal’ em (2) seja consequência da oração condicional ‘se não for incomodar’. Não há entre elas uma relação de causalidade do tipo causa-consequência. O mesmo ocorre em (3), em que o fato descrito na oração ‘tem comida na geladeira’ não pode ser entendida como a consequência de ‘se você tem fome’, não configurando, portanto, uma relação de causalidade. Para Comrie (1986), casos como esses devem ser considerados como construções atípicas, que fazem uso da estrutura da condicional, mas que não expressam a condicionalidade, de fato.

Entretanto, vários estudos realizados sobre o uso das orações condicionais (FORD; THOMPSON, 1986; FILLENBAUM, 1986; FORD, 1997; OLIVEIRA, 2004, em preparação) mostram que esses usos são bem mais frequentes do que afirma Comrie e funcionam como um tipo de expressão convencionalizada para a manifestação de outros sentidos, em geral valores ligados à relação interpessoal entre falante e ouvinte. A condicionalidade, no entanto, é entendida por esses autores como o significado básico para a construção de tais sentidos e, portanto, essas construções devem ser levadas em conta para um tratamento mais adequado das orações condicionais.

Uma proposta de consideração das orações condicionais que leva em conta seus diferentes sentidos está em Dik (1990), que representa a relação de condição a partir do seguinte esquema:

$(\alpha)_{\text{cond}}, \beta$

“Se  $\alpha$ , então  $\beta$ ”

em que “o valor de  $\beta$  é considerado dependente do valor de  $\alpha$ . O ‘valor de  $\beta$ ’ pode ser o valor de verdade de  $\beta$  ou o valor comunicativo de  $\beta$ .”<sup>2</sup> Pelo esquema desse autor pode-se entender que a relação de condicionalidade nem sempre implica uma relação de causalidade, mas pode estar relacionada, também, à relevância ou adequação comunicativa de um ato de fala, tipo de relação que se evidencia nos trabalhos mencionados anteriormente.

<sup>2</sup> [...] the value of  $\beta$  is considered dependent on the value of  $\alpha$ . The ‘value of  $\beta$ ’ may be the truth value of  $\beta$ , or the communicative value of  $\beta$ . (p. 237)

Apesar de bastante amplo, tal esquema permite caracterizar tanto as orações condicionais em que se verifica uma relação causal forte, quanto as condicionais em que essa relação não existe. Pode-se dizer, assim, que esse esquema admite a existência de mais de um tipo de relação condicional, o que se discute a seguir.

### Uma tipologia da relação *se p (então) q*

Apesar das diversas posições adotadas para entender as diferentes configurações que a relação condicional pode assumir (SWEETSER, 1990; DIK et al, 1990; DANCIGYER, 1998; HARDER, 1996; PÉREZ QUINTERO, 2002), em geral são identificados três tipos de relação, que podem ser entendidos segundo a terminologia de Dik et al (1990):

- **Condicional de predicação:** um satélite condicional nesse nível especifica a ocorrência de um estado-de-coisas como dependente da ocorrência de outro estado-de-coisas.
- (4) *He'll take his umbrella in case of rain.* (DIK et al, 1990)  
Ele pegará seu guarda-chuva em caso de chuva.
- **Condicional de proposição:** um satélite condicional nesse nível especifica a verdade de uma proposição como dependente da verdade de outra proposição.
- (5) *If John stays, Peter will leave.* (DIK et al, 1990)  
Se John ficar, Peter partirá.
- **Condicional ilocucionário:** um satélite condicional nesse nível especifica uma condição para a felicidade do ato de fala enunciado na oração principal.
- (6) *John has left, in case you haven't heard.* (DIK et al, 1990)  
John partiu, no caso de você não ter tomado conhecimento.

A categorização apresentada neste trabalho segundo a proposta de Dik et al. (1990), é também encontrada em Sweetser (1990), Dik (1990), Harder (1996) e Dancygier (1998), como se apresenta resumidamente no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Tipologias das orações condicionais**

TIPOLOGIAS DAS ORAÇÕES CONDICIONAIS	
SWEETSER (1990)	condicionais de conteúdo, condicionais epistêmicas, condicionais dos atos de fala.
DIK ET AL (1990)	condicionais predicacionais, condicionais proposicionais, condicionais dos atos de fala.
HARDER (1996)	condicionais de causa, condicionais de sequência epistêmica, condicionais dos atos de fala.
DANCYGIER (1998)	condicionais de causa, condicionais de inferência epistêmica, condicionais de atos de fala e metatextuais.
PÉREZ QUINTERO (2002)	condicionais eventivas, condicionais epistêmicas, condicionais ilocucionárias.

Observe que os tipos distinguidos são bastante semelhantes. Essa classificação, no entanto, tem sido bastante discutida. Dik (1990), ao tratar da semântica das condicionais, abandona a condicional de predicação, adotando uma visão bipartite, considerando apenas das condicionais proposicionais e ilocucionárias.

Semelhantemente, Wakker (1992) afirma que a diferença entre as condicionais de predicação e as de proposição tal como estabelecida em Dik et al (1990) não é clara, já que a distinção ora está ligada à complexidade interna da condicional, ou seja, ao tipo de entidade por ela designada, ora à camada à qual ela está ligada, ou seja, o tipo de unidade que ela qualifica. Assim, Wakker (1992) abandona a tipologia das condicionais encontrada em Dik et al (1990), estabelecendo uma classificação que considera apenas as condicionais proposicionais e ilocucionárias.

Em trabalhos posteriores, Wakker (1994, 1996) mantém sua crítica em relação à tipologia proposta por Dik et al (1990), reconhecendo, por outro lado, a necessidade de uma classificação tripartite para uma melhor consideração do tipo de relação que une a condicional. A autora propõe uma tipologia que não leva em conta o tipo de entidade designado pela oração condicional. Para Wakker (1994, 1996), a classificação deve ser estabelecida apenas no que diz respeito à camada com a qual a condicional se relaciona, independentemente da estrutura interna dessa condicional. Em outras palavras, a classificação deve ser estabelecida com base na unidade que a condicional modifica, e não em relação ao tipo de entidade que ela própria descreve, como o fazem Sweetser (1990) e Dik et al (1990).

Isso porque estudos mostraram que não necessariamente uma oração que designa um estado de coisas, por exemplo, tem de relacionar-se a uma oração correspondente à camada dos estados de coisas. Ou seja, não existe uma relação direta entre a estrutura semântica interna da oração adverbial – o tipo de entidade que ela designa – e a camada em que ela opera. É o que mostraram Wakker (1996) e Cuvalay (1996), que encontraram casos de condicionais designando um estado de coisas, mas relacionando-se a outras camadas da oração, como a camada da ilocução, segundo mostram os casos discutidos por Wakker (1996, p. 181):

(7) *In case of rain, there is an umbrella in my wardrobe.*

Em caso de chuva, tem um guarda-chuva no armário.

(8) *In case of an emergency call, I'll be in my office till lunchtime.*

Em caso de uma chamada de emergência, eu estarei no meu escritório até a hora do almoço.

Ambos os exemplos ilustram casos de uma condicional de segunda ordem, isto é, designando um estado de coisas, relacionando-se à camada da ilocução. Em (7), o estado de coisas ‘*in case of rain*’ relaciona-se ao ato de fala ‘*there is na umbrella in my wardrobe*’, qualificando, assim, uma unidade da camada da ilocução. O mesmo ocorre em (8), em que o evento descrito na condicional serve para qualificar um ato de fala e, portanto, a condicional, embora com estrutura de estado de coisas, se liga a uma unidade ilocucionária.

Wakker (1994, 1996) propõe, então, três tipos a depender da unidade que qualificam. O primeiro, semelhantemente à Sweetser (1990) e Dik et al (1990), é definido como condicional de predicação, uma vez que apresenta uma condição para a realização do

estado-de-coisas designado pela oração principal, tal como se vê no exemplo abaixo, extraído dessa autora:

- (9) *If it rains he will take his umbrella.* (WAKKER, 1996)

Se chover ele pegará seu guarda-chuva.

No segundo tipo, a verdade da proposição designada pela oração núcleo é dependente da condição expressa pela condicional. A diferença entre o tipo distinguido em Wakker (1994, 1996) daqueles propostos por Sweetser (1990) e por Dik et al (1990) é que, para essa autora, essas condicionais podem ser entendidas como um tipo de satélite fonte, uma vez que fazem referência à fonte evidencial da proposição enunciada. Esse é o caso do exemplo abaixo:

- (10) *If I am not mistaken, Peter is at home.* (WAKKER, 1994, 1996)

Se eu não me engano, Peter está em casa.

Por fim, no terceiro tipo distinguido por Wakker (1994, 1996), as condicionais se relacionam ao ato de fala enunciado pela oração principal e são, portanto, definidas como condicionais ilocucionárias. É o que mostra o seguinte exemplo:

- (11) *If it's raining, there's an umbrella in my wardrobe.* (WAKKER, 1994, 1996)

Se estiver chovendo, tem um guarda-chuva no meu armário.

A crítica de Wakker (1994, 1996) se justifica no que diz respeito à complexidade semântica interna da oração condicional. O tipo de entidade que ela designa não deve ser confundido com a camada em que essa oração condicional pode atuar. Essa questão também é discutida por Cuvalay (1996), que mostrou que as orações condicionais com diferentes graus de complexidade interna, ou seja, designando diferentes tipos de entidade, podem atuar nas três camadas da estrutura subjacente. Cuvalay (1996) afirma que, em alguns casos, condicionais designando entidades de segunda ordem, ou seja, um estado de coisas, podem relacionar-se a um conteúdo proposicional, atuando, dessa forma, na camada da proposição. Essa autora defende, ainda, que não há uma correlação entre a complexidade interna da condicional e a camada com a qual ela se relaciona.

Entretanto, essa classificação também traz alguns problemas, já que a definição de condicional fonte não se aplica a todas as condicionais que se relacionam a um conteúdo proposicional. Em outras palavras, em alguns casos a oração condicional pode relacionar-se a uma proposição sem, no entanto, se realizar como a fonte evidencial desse conteúdo, o que é ilustrado pelo exemplo abaixo:

- (12) *Se tiver que fazer um bolo, eu também sei fazer um bolo de aniversário.* (Bra80:ComerFalarBem)

Observe-se, nesse caso, que a oração condicional, embora esteja relacionada a uma proposição, não é apresentada como a fonte desse conteúdo proposicional. Em outras palavras, o fato de a condicional se relacionar a uma proposição não é condição suficiente para classificá-la como satélite fonte, já que nem sempre ela vai apresentar a fonte evidencial da proposição à qual ela está ligada.

É preciso, portanto, uma tipologia que leve em conta um mesmo fator para o estabelecimento de uma classificação mais adequada. Neste trabalho propõe-se partir da ti-

pologia estabelecida por Dik *et al* (1990), que será reavaliada nos níveis da GDF, a fim de verificar as implicações que o novo modelo pode trazer ao estudo das orações condicionais.

## As condicionais na GDF

Sabe-se que na GDF unidades semânticas e pragmáticas são avaliadas em níveis distintos: os níveis representacional e interpessoal, respectivamente. As unidades pragmáticas são analisadas com relação a seu papel na interação falante/ouvinte e o modo como contribui para essa interação. Por outro lado, as unidades semânticas são analisadas em termos das entidades que denotam. Essa separação proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) exige uma revisão na classificação da relação entre condicional e núcleo, ora considerada uma classificação semântica, já que em Dik (1989) os tipos de entidades eram considerados categorias semânticas.

Em primeiro lugar, os três tipos comumente identificados são classificados de acordo com as entidades semânticas estabelecidas por Lyons (1977), a saber, o estado de coisas, a proposição e o ato de fala. No entanto, para a GDF, o ato de fala, na teoria analisado como ato discursivo, não mais é concebido como uma entidade semântica, mas como uma unidade do nível interpessoal. Acredita-se que, ao separar aspectos pragmáticos e semânticos, a GDF possibilita uma análise mais adequada das diferentes nuances que a relação condicional pode assumir, tal como se discutiu nas seções anteriores.

Além disso, é preciso um critério mais claro para o estabelecimento dessa classificação. Aqui, propõe-se considerar a unidade que a condicional qualifica e não sua estrutura interna. Ou seja, considera-se para a classificação da relação condicional o tipo de unidade com o qual a condicional se liga, sem se levar em conta o tipo de entidade que a própria condicional designa. Isso porque a estrutura interna da condicional (sua propriedade de se realizar como um estado de coisas, uma proposição ou um ato) não determina o tipo de unidade que ela pode qualificar. É o que se observa no seguinte exemplo:

(13) Se você abrir o bico, te meto a mão.

Veja-se, nesse caso, que a oração condicional descreve um evento – ‘abrir o bico’ – embora esteja ligada a um ato de fala. Esse fato é bem comum nas condicionais de ameaça e promessa, em que a condicional carrega um evento ou proposição para se juntar a uma oração principal com estatuto de ato de fala.

Mediante tais considerações, propõe-se, então, a seguinte classificação:

- **Modificador condicional retórico:** quando a oração condicional oferece uma condição para a adequação/relevância comunicativa do ato do discurso ou conteúdo comunicado com o qual se relaciona;

(14) *John has left, in case you haven't heard.* (DIK, 1990, p. 34)

John partiu, caso você não tenha tomado conhecimento.

- **Modificador condicional epistêmico:** quando a oração condicional oferece uma condição para a verificação do valor de verdade do conteúdo proposicional com o qual se relaciona;

(15) *If John stays, Peter will leave* (DIK, 1990, p. 34)

Se John ficar, Peter partirá.

- **Modificador condicional eventivo:** quando a oração condicional oferece uma condição para a realização do estado de coisas com o qual se relaciona.

(14) *He'll take his umbrella in case of rain.* (DIK, 1990, p. 34)

Ele pegará seu guarda-chuva em caso de chuva.

Essa classificação, acredita-se, separa bem o grau de complexidade interna da condicional e a camada que ela qualifica, o que, de certa forma, afasta as inadequações encontradas nas propostas discutidas anteriormente.

### Considerações finais

Neste trabalho procurou-se avaliar as classificações semânticas utilizadas para explicar a relação condicional. Verificou-se que comumente são estabelecidos três tipos de condicional: (i) as de estado de coisas; (ii) as de proposição; (iii) as de atos de fala. Parece haver, nas diferentes propostas, uma falta de adequação quanto ao critério considerado para o estabelecimento desses tipos, ora originados pelo estatuto da condicional, ora pelo estatuto da oração com a qual ela está relacionada. Além disso, embora a classificação seja concebida como uma proposta semântica de tratamento das condicionais, pode-se observar, nela, a consideração de aspectos pragmáticos.

Levando em conta as questões discutidas, propôs-se aqui uma revisão dessas classificações dentro do contexto teórico da GDF, considerando apenas a unidade oracional à qual a oração condicional está ligada, entendendo que o estatuto interno da condicional não está determinado pelo estatuto interno da oração matriz. A partir dessa revisão chegou-se a três tipos: (i) condicional retórica, (ii) condicional epistêmica e (iii) condicional eventiva.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 77-99.

CUVALAY, M. A classification of conditional satellites. In: DEVRIENDT, B. et al. (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 1149-175.

DANCYGIER, B. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part 1. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

\_\_\_\_\_. The semantics of conditionals. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.) *Layers and Levels of Representation in Language Theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 233-261.

- DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J. et al. (Eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 25-70.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- FILLENBAUN, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 179-195.
- FORD, C. E. Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. et al. *On Conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997. p. 387-413.
- FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text based study. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 353-372.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, n. 54, p. 564-589, 1978.
- HARDER, P. *Functional semantics: A Theory of Meaning, Structure and Tense in English*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LYONS, J. *Semantics*. vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado*. Novos Estudos. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1999. p. 497-544.
- OLIVEIRA, T. P. *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- \_\_\_\_\_. *On the pragmatics of conditionals in Portuguese*. (mimeo)
- PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial Subordination in English. A Functionalist Approach*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.
- SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- WAKKER, G. Conditionals in the layered structure of functional grammar. In: FORTESCUE, M., HARDER, P., KRISTOFFERSEN, L. (Orgs.) *Layered structure and reference in a functional grammar perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 369-386.
- \_\_\_\_\_. *Conditions and Conditionals. An Investigation of Ancient Greek*. Amsterdam: Gieben, 1994.
- \_\_\_\_\_. Conditionals at different levels of the clause. In: DEVRIENDT, B. et al. (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 177-199.